



# Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêndes de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/94

Súmula: Aprova o nome do doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto para o cargo de Procurador Geral de Justiça.

Data: 15 de março de 1994.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica aprovado o nome do Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça, com mandato de dois (dois) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto pelo Art. 116, da Constituição do Estado e, ainda, o estabelecido pela Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.03.94

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 19.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1994**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Dalton Machuca, Êlio Rusch, José Arthur Ritti e Toti Colaço (04). Em licen-

Curitiba, terça, em 22.03.94

ça o Sr. Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

OFÍCIO Nº 429/94

Curitiba, em 17 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., em anexo, Anteprojeto de Lei, que converte as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994.

Nesta oportunidade, reitero a V. Exa. a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) NESTOR BAPTISTA  
Presidente

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o anexo único desta Lei, garantindo-se as seguintes disposições:

I - Dividindo-se o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência de acordo com o Anexo I da Medida Provisória nº 434/94, e

II - Extraíndo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.

Art. 2º - Os valores resultantes do contido do artigo anterior, ficam acrescidos de 12,09% (doze vírgula nove por cento).

Art. 3º - Ficam, também, convertidos em URV, os valores da gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 4º - Ficam, ainda, convertidos o valor da Gratificação de que trata o Decreto nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para 17,65 URV (dezessete vírgula sessenta e cinco unidades reais de valor), o valor da Gratificação de Produtividade, para 5,69 URV (cinco vírgula sessenta e nove unidades reais de valor) e o valor do Salário Família, por dependente legal, para 0,75 URV (zero, setenta e cinco unidade real de valor).

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de 1º de março de 1994.

### **TABELA I - CARGOS EFETIVOS**

**MÊS: MARÇO/1994**

**EM URV**

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	366,33	370,11	373,88	377,66
2	264,99	267,73	270,46	273,19
3	254,07	256,80	259,53	262,26
4	243,14	245,87	248,60	251,33
5	232,21	234,94	237,68	240,41
6	221,28	224,02	226,75	229,48
7	210,36	213,09	215,82	218,55
8	199,43	202,16	204,89	207,62
9	188,50	191,23	193,96	196,70
10	177,57	180,31	183,04	185,77
11	166,65	169,38	172,11	174,84

### **TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"**

**Em URV**

SÍMBOLO DAS-1	317,37
SÍMBOLO DAS-2	280,11
SÍMBOLO DAS-3	261,06
SÍMBOLO DAS-4	223,23
SÍMBOLO DAS-5	204,16

**TABELA 111 - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"**

EM URV

SÍMBOLO 1-C .....	131,75
SÍMBOLO 2-C .....	121,68
SÍMBOLO 3-C .....	112,32

**TABELA 1 IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS**

EM URV

SÍMBOLO 1-F .....	8,00
SÍMBOLO 2-F .....	6,79
SÍMBOLO 3-F .....	5,99
SÍMBOLO 4-F .....	4,81
SÍMBOLO 5-F .....	4,39
SÍMBOLO 6-F .....	3,59
SÍMBOLO 7-F .....	2,79

OFÍCIO N° 430/94

Curitiba, em 17 de março de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que converte as tabelas de vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto a este Tribunal e Auditores, em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994.

Nesta oportunidade, reitero a V. Exa. a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) NESTOR BAPTISTA - Presidente

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1° - O vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e Auditores, ativos e inativos, ficam convertidos em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março de 1994, garantindo-se as seguintes disposições:

I - Dividindo-se o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à conversão, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de competência de acordo com o Anexo I da Medida Provisória n° 434/94, e

II - Extraíndo-se a média aritmética,

dos valores resultantes do inciso anterior.

Art. 2° - Os valores resultantes do contido do artigo anterior, ficam acrescidos de 12,09% (doze vírgula zero nove por cento).

Art. 3° - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO N° 053/94

Senhor Presidente.

Com respeitosos cumprimentos, comunico a V. Exa. que estarei ausente da Assembleia Legislativa, e de via, das Sessões Plenárias, nos dias 22, 23 e 24 do corrente mês de março, em virtude de viagem à Brasília, onde estarei com outros políticos, prefeitos e vereadores, tratando junto ao Relator do Congresso Revisor da Constituição Federal sobre a continuidade da distribuição do ICMS gerado por usinas hidrelétricas entre os municípios por elas impactados; e ainda a alteração do artigo 155, inciso X, letra "b" da nossa atual Lei Fundamental.

Na oportunidade, reitero meus melhores protestos de alta estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) ÉLIO RUSCH

(a) ORLANDO PESSUTI

OFÍCIO N° 1366/94

Senhor Presidente.

Objetiva o presente comunicar a V. Exa. e aos nobres Parlamentares que estarei ausente das Sessões Legislativas entre os dias 21 a 24 do corrente, para tratamento de saúde.

Ao ensejo apresento meus protestos de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) DALTON MACHUCA

**Requerimentos:****REQUERIMENTO N° 502**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUEREM preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 058/94, Mensagem n° 014/94, item 10 (dez), após a discussão e votação do item 01 (um), constante na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(aa) NELSON GARCIA

RENATO ADUR

ERONDY SILVÉRIO

HEINZ HERWIG

PAULO MAIA

**REQUERIMENTO N° 503**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a dispensa de interstício, e convocação de Sessão Extraordinária logo após a presente Sessão, para apreciação em 2.<sup>a</sup> votação do Projeto de Lei n° 058/94, Mensagem n° 014/94, bem como realizar votação dos requerimentos apresentados na presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(aa) NELSON GARCIA

RENATO ADUR

ERONDY SILVÉRIO

HEINZ HERWIG

PAULO MAIA

**REQUERIMENTO N° 532**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 032/94, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, para que o referido projeto seja remetido à Comissão de Constituição e Justiça, para reestudo da matéria.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI N° 083/94**A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Fundação de Apoio e Valorização do Idoso, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Fundação de Apoio e Valorização do Idoso, inscrita no C.G.C. sob o n° 81.914.988/0001-04, com registro no Cartório de Registro e Documentos de Curitiba, tendo sua sede no referido município, é uma entidade com finalidade filantrópica, tendo desenvolvido um trabalho em atendimento conforme comprova e relatório de atividades anexo ao presente.

De acordo com o Artigo 10, Capítulo V, dos Estatutos Sociais, os cargos resultantes da eleição, bem como os executivos da Fundação, não serão remunerados.

Analisando o trabalho da entidade, achamos justo o seu reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

**PROJETO DE LEI N° 084/94**A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a instituição "Alvorecer - Ação Social e Educacional", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A instituição "Alvorecer - Ação Social e Educacional", inscrito no C.G.C. sob o n° 68.591.445/0001-27, com registro no Cartório de Registros e Documentos do 1° Ofício de Curitiba, tendo sua sede no referido município, é uma instituição civil com personalidade jurídica de caráter essencialmente espírita, apolítica, tendo desenvolvido um trabalho em atendimento conforme comprova o relatório de atividades anexo ao presente.

De acordo com o Artigo 25, Capítulo VI dos Estatutos Sociais, os cargos resultantes da eleição, bem como os executivos da instituição, não serão remunerados.

Analisando o trabalho da instituição, achamos justo o seu reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 085/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Borrazópolis - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Borrazópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Borrazópolis - A.P.M.I., inscrita no C.G.C. sob nº 77659746/0001-36, com registro no Cartório de Registros e Documentos de Borrazópolis, tendo sua sede no referido município, é uma entidade com finalidade filantrópica, tendo desenvolvido um trabalho em atendimento conforme comprova o relatório de atividades anexo ao presente.

De acordo com o parágrafo único do Artigo 6º dos Estatutos Sociais, os cargos resultantes da eleição, bem como os executivos da Associação, não serão remunerados.

Analisando o trabalho da entidade, achamos justo o seu reconhecimento de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 086/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais - APMI, com sede em Pinhais e foro em Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 12 de janeiro de 1993, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, vem cumprindo as finalidades destacadas em seu estatuto, dentre estas, especialmente, as tarefas sociais e de solidariedade humana.

Reconhecida como de Utilidade Pública no Município de Pinhais - PR, zela pela saúde, higiene e bem-estar e as necessidades da infância e adolescência.

PROJETO DE LEI Nº 087/94  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Porto União, com sede em Porto União e foro em União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Atuando por longa data no Estado do Paraná, o PROVOPAR, onde se enquadra o PROVOPAR de Porto União, vem promovendo incansavelmente a melhoria das condições de vida, bem como todo tipo de assistência à população carente.

Para tanto, necessita porém de auxílio financeiro, o qual provém de doações e promoções do próprio grupo de voluntariado. Uma maior parte desta verba arrecadada poderia ser revertida em prol da comunidade carente, se os gastos com taxas, impostos e outros afins, fossem diminuídos, uma vez que a própria arrecadação já é muito pequena em se comparando aos dispêndios que deveriam ser realizados.

Assim, pela relevância desta nossa proposição, pedimos o apoio dos nobres pares para sua aprovação nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 088/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Batista de Ação Social - ABAS, com sede e foro no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Essa entidade, fundada em 13 de março de 1993, com a finalidade de prestar atendimento psicológico e psicopedagógico à comunidade e às crianças carentes, vem realizando um trabalho sério e muito importante, sem fins lucrativos e com a diretoria não remunerada, conforme a documentação em anexo. Por conhecermos seus dirigentes e sabermos que a mesma tem contribuído sobremaneira com toda a comunidade, propomos que se reconheça de Utilidade Pública essa entidade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito Deputado Djalma de Almeida César. (Declina).

Eurides Moura. (Declina).

Arlindo Troian. (Ausente).

Oswaldo Trevisan. (Declina).

Antonio Costenaro. (Declina).

Deputado Luiz Carlos Zuk. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Há dias passados, nesta mesma tribuna, alertávamos ao Governo do Estado do Paraná, no que concerne a Fábrica da General Motors do Brasil que vai fazer mais uma montadora em nosso País.

Existe a proposta inicial do Espírito Santo. Proposta esta transcrita em uma reportagem feita pelo revendedor Chevrolet na Cidade de Ponta Grossa, Sr. Omar Bechara, aonde ele identifica de que a segunda proposta feita pelo Estado de Santa Catarina e aparecendo nosso Paraná, como sendo a terceira proposta oferecida àquela fábrica e tendo percentual de 100% o índice de 15% a ser instalado em solo paranaense, aquilo que será uma das redensões econômicas do quadrante deste Estado, mais precisamente de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais.

Aquela fábrica irá mudar o perfil econômico, não da minha cidade e não tão somente da minha região, mas de todo o Paraná, ali irão se fixar de 400 a 500 Srs. Diretores de Áreas e homens realmente de uma classe média acima, aonde terão a oportunidade de ocupar 400 a 500 moradias, entre casas e apartamentos, realmente de um nível médio.

Teremos a oportunidade de ser oferecido a Ponta Grossa, a região e ao Paraná vinte mil novos empregos, aonde realmente se soma a um patamar abrangente a mais de 100 mil pessoas que terão o sustento naquela fábrica a ser instalada em Ponta Grossa.

Faltando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão somente a sensibilidade daquilo que realmente falta porque nós em Ponta Grossa, em reunião mais precisamente na noite de ontem, aonde os empresários, a classe política de Ponta Grossa e principalmente a Prefeitura irá oferecer tudo aquilo que aquela comuna do Estado do Espírito Santo ofereceu em termos municipais, faltando agora e nesse instante que eu volto ao assunto encarecendo ao líder nesta Casa, Renato Adur, esse colegiado de vice-Líderes que sensibilize a S. Exa. o Governador que está saindo e ao novo Governador que está a tomar posse no próximo dia 02, para que o Paraná viabilize a mesma proposta a nível de Estado que o Espírito Santo está oferecendo.

Acredito e tenho a certeza que o Paraná é um Estado mais rico, que o Paraná é um Estado mais consciente, que o Paraná pode ter até uma administração mais inteligente para fazer com que se o Espírito

Santo oferece aquelas propostas do ICMS e do assentamento da General Motors naquele quadrante do Brasil; o Paraná também poderá através da voz do seu Governador e principalmente da sua Secretaria de Indústria e Comércio, igualar-se naquilo que realmente o Espírito Santo oferece. Falta tão somente algumas mínimas coisas para que o Paraná tenha e seja agraciado com essa nova montadora que irá fazer com que o Paraná se torne junto com a Volvo, junto com outras grandes empresas ligadas ao ramo automobilístico, e até de caminhões pesados, um dos principais Estados dessa Federação. Porque atrás da General Motors, tenho a certeza, virão outras fábricas que irão se identificar com o perfil econômico que o Paraná oferece. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao encerrar renovo ao Líder Renato Adur e, principalmente à Bancada Governista desta Casa, que tem mais de perto os interesses como nós para que o Paraná vá bem, que o Governo do Estado traga realmente na sua presença aquela mesma proposta que o Espírito Santo está oferecendo. Santa Catarina, tenho a certeza absoluta, também está tentando ficar com a fábrica, mas não irá oferecer o que o Paraná possui; o Paraná tem a si aquilo que é melhor, aquilo que realmente é mão-de-obra que oferecemos, e os incentivos que faltam a ser oferecidos pelo Estado não façam como fizeram com a Kaiser, até hoje sendo responsabilidade exclusiva do Governo do Estado do Paraná o débito da não instalação dessa fábrica no solo paranaense. E tenho a certeza que agora com a General Motors, aonde haveremos de ter a oportunidade de ver o Paraná agraciado com essa fábrica, não falte o Governo do Estado, porque Ponta Grossa cumpre a sua parte, o Governo mesmo sendo oposição a nós, e pensando na comunidade, estivemos cobrando daquela autoridade maior do Município, e ele lá esteve presente, dando...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - V. Exa. está entrando no horário do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o Líder do Governo que me concede o horário do PDT porque realmente esse assunto - do Governo futuro Jaime Lerner - porque se tivéssemos realmente frente ao Governo desse Estado do Paraná uma figura igual ao nosso candidato teríamos a oportunidade de dizer que teríamos a fábrica, a montadora seria do Paraná e a Região dos Campos Gerais teria a oportunidade de oferecer vinte mil novos empregos a irmãos paranaenses, brasileiros, tão necessitados nessa hora angustiante. Tenho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a dizer que Ponta Grossa oferece toda a infra-estrutura, oferece tudo aquilo que os Municípios do Brasil também

oferecem, mais precisamente o Espírito Santo e Municípios de Santa Catarina; falta tão somente o Governador do Estado ser sensibilizado para ele oferecer a mesma coisa em termos de ICMS e principalmente em incentivos fiscais para aquela montadora. Temos em mãos toda a descrição técnica, toda a mostragem do interesse realmente que é efetivo, e de momento a ser oferecido, que ela quer realmente, a General Motors investir, e nesse investimento aparece tão somente a sombra do Governo do Estado. Acho que essa sombra poderia se tornar num dia realmente claro aonde propostas não demagógicas, mas reais sejam oferecidas pelo Governo do Paraná àquela empresa para que isso se torne viável. Tenho a certeza que o atual líder do Governo faça através da sua presença no Governo do Estado para que isto se torne nos Governos futuros realmente uma competição igual aonde o Paraná já perdeu muito, às vezes até por insensatez, mas principalmente, às vezes por birra do Sr. Governador.

A Kaiser nós perdemos; a Bahia nos ganhou. Mas agora a General Motors não podemos perder um investimento que realmente, além do investimento monetário, além dos dólares realmente significantes, teremos uma questão social a ser resolvida no solo do Paraná com vinte e poucos mil novos empregos a serem oferecidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Por solicitação do Deputado Nelson Garcia esta Presidência registra nesta Casa o Presidente da Câmara do novo Município de Ibaté, Sr. José Shalegre (?), acompanhado do Sr. Genésio Piccolotto.

Ainda no Grande Expediente com a palavra o Sr. Renato Adur. (Declina).

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças:

PDT, já usado pelo Deputado Luiz Carlos Zuk.

PMDB, PSDB, PTB, PFL, PP, PL. (Todos declinam).

PT com a palavra. Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, temos acompanhado nesta última semana o noticiário da imprensa local no que diz respeito a área de segurança pública. E basta pegarmos os últimos dias na imprensa, no dia 18 de março: Policial Militar acusado de espancar menores para vingar o filho. Dois menores na região de Londrina denunciaram o soldado Zilton da Silva por espancamento. Em Guaíra a viúva Rosemeire Marques, viúva do soldado José Aparecido Ferreira, foi

morto no 4º Pelotão da Polícia Militar. Esta viúva afirma na imprensa, no jornal, que eles, os policiais militares torturaram e mataram o marido dela. Acusa que foi queima de arquivo, porque diz ela que o Tenente Valter, o Comandante da 4ª Região Militar, do 4º Pelotão em Guaíra, estaria envolvido em tráfico de drogas e roubos. Em Bela Vista do Paraíso um agricultor acusa a Polícia Militar: Agricultor denuncia espancamento. Diz o agricultor Albino Kizibachi (?) que os PM's espancaram os quatro irmãos dele. Em União da Vitória há mais uma denúncia do ex-Tenente Marco Aurélio de Souza que reapareceu depois e refez as confirmações, o que ele falou. Acusa policiais de envolvimento em tráfico de drogas, roubo de carros e corrupção. Acusa também o Delegado Titular de Furto de Veículos de Curitiba, Êzio Vicente da Silva, de fazer parte de uma quadrilha que roubava carros. Em Campo Mourão os presos da cadeia pública de Campo Mourão divulgam na imprensa carta onde dizem que foram torturados. Quinze presos dizem que foram torturados. Mas no momento de confirmar junto à Promotoria Pública do Município e perante a Juíza, somente dois deles o fizeram e depois a Folha de Londrina publica o bilhete de um deles mandado por familiares dizendo que não suportava mais apenhar.

Rebelião na cadeia de Bandeirantes também, ou seja, o Secretário de Segurança Moacir Favetti, o Secretário de Justiça, José Tavares que tem viajado o Estado para fazer campanha política, não tem dado respaldo necessário para a Polícia Civil e para a Polícia Militar agir dentro dos parâmetros legais e coibir esse tipo de violência que vem se dando.

No caso específico de Campo Mourão, eu recebi fax de Gilberto Santana de Alencar, denunciando a tortura que o irmão dele - Gilmar Santana de Alencar, sofreu naquela cadeia pública. Diz o Gilberto:

"Que o irmão dele denunciou a tortura, mas que os demais presos torturados - 15 no total - não falam, com medo da pressão e das possíveis perseguições. O Gilmar falou porque a pena dele é de 6 meses e 20 dias, e ele já cumpriu 5 meses. Os que têm maiores penas estão com medo de futuras perseguições".

Não pode a área de segurança pública do nosso Estado continuar agindo desta maneira. Mas nós levantamos a seguinte questão: Como pode um comandante da Polícia Militar do Paraná - Coronel Capriotti querer impor respeito na tropa, se ele foi acusado de inúmeras irregularidades e, algumas delas, provadas pela CPI que teve nesta Casa.

Aliás, há sobre a mesa, um requerimento de nossa autoria pedindo para colocar



em regime de urgência a votação de tal relatório, porque já passou a época de ser votado. Um comandante que tem a sua honestidade questionada, que tem a sua responsabilidade questionada, jamais poderá exigir da tropa respeito ou cobrar dessa tropa que aja dentro da responsabilidade e da legalidade, uma vez que está sendo questionado o próprio Comandante. E isso não pode ficar acontecendo na polícia do nosso Estado.

E é grave a situação dos presos que não têm segurança quando estão dentro de uma cadeia pública e que são obrigados a tentar rebelião, como foi o caso de Bandeirantes, o caso de Campo Mourão, porque nem sol eles podem tomar. Não podemos esquecer que o preso tem pelo menos seus direitos humanos a serem respeitados, não podem ser vítimas de espancamento de delegados ou de policiais, como tem sido prática nas cadeias do nosso Estado. E também, mesmo que seja assassino ou mandante de crime, dentro de uma cadeia, a responsabilidade é do Estado.

Não defendo esses criminosos, porque tem que ter justiça para punir, mas se um preso está numa cadeia pública, o Estado tem que ser o responsável por esse ser humano. E isso não tem ocorrido.

Nesta Assembléia, foi aprovada uma Comissão de Deputados, uma Comissão Especial para averiguar as condições das cadeias públicas e de tortura em nosso Estado. Pedimos aos Deputados que foram indicados e ao Deputado que pediu a CPI, que instalem imediatamente esta Comissão, Comissão Especial, porque necessitamos trabalhar e precisamos averiguar essa situação. E esperamos que com a saída de Requião o seu apaniguado - Coronel Capriotti, não permaneça à frente dessa tropa, porque ele não tem autoridade para exigir respeito de sua tropa e é por isso que esses fatos vêm acontecendo em nosso Estado.

Pedimos a votação em Regime de Urgência, deste Relatório, no Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 429/94, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que converte as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal, em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março do corrente ano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 430/94, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que converte as tabelas de vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores e Auditores do Estado, junto a este Tribunal, em Unidade Real de Valor - URV, no dia 01 de março do corrente ano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1366/94, subscrito pelo Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 21 a 24 do corrente mês, para tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 22 a 24 do corrente mês, em virtude de viagem à Brasília. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur, Nelson Garcia, Erondy Silvério e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando dispensa de interstício, e convocação de sessão extraordinária, logo após a presente sessão, para apreciação em 2.<sup>a</sup> votação do Projeto de Lei nº 058/94, Mensagem nº 014/94, bem como realizar votação dos requerimentos apresentados na presente Sessão Ordinária. **Aprovado**, com o voto contrário da Deputada Emilia Belinati.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Renato Adur, Heinz Herwig, Nelson Garcia e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 058/94, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Atendendo o avulso da Ordem do Dia:

#### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/94, do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 581/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/93, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 1994, conforme es-

pecifica. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 596/93

Curitiba, 29 de dezembro de 1993  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 599/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 581/93, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Orçamento Geral do Estado, composto do Orçamento Fiscal, do Orçamento Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista para o exercício de 1994, estimando a receita em CR\$ 143.891.200.000,00 (cento e quarenta e três bilhões, oitocentos e noventa e um milhões e duzentos mil cruzeiros reais). Visa, ainda, adotar outras providências. O veto apostado incidiu sobre o art. 17 e aos Anexos VII e VIII, dele dependentes.

O art. 17 que, se sancionado, daria sustentação aos Anexos VII e VIII, não foi acolhido, em face de Parecer Técnico da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral que, analisando a matéria, entendeu ser o contido nos mencionados artigo e anexos, inconstitucional e não compatível com a vigente Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Federal n° 4.320/64, que institui Normas de Direito Financeiro.

O Anexo VII apresenta 19 alterações acrescentando e reduzindo despesas em Projetos e Atividades Orçamentárias. O valor global das emendas é de CR\$..... 3.412.450.000,00 (três bilhões, quatrocentos e doze milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros reais). Segundo o Parecer Técnico, neste Anexo VII nas indicações de recursos, a título exemplificativo, à conta de uma única atividade orçamentária, os valores cancelados extrapolaram os recursos disponíveis em cerca de 30 vezes, ou seja, foram acolhidas indicações no montante de CR\$ 1.618.500.000,00 (um bilhão, seiscentos e dezoito milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), quando o valor original disponível e que constituía o limite para cancelamento, era de apenas CR\$ 52.400.000,00 (cinquenta e dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais). Veja-se que só neste exemplo tornou-se aritmeticamente inviável a implementação de nove emendas.

Outrossim, nenhuma emenda acatada no Anexo VII menciona a espécie ou fonte de recurso a ser cancelada ou acrescida, im-

pedindo-se por tal omissão a adequação da Lei Orçamentária, mesmo quanto às alterações para a redução, uma vez que a falta de tais indicações impede a aferição da legalidade das alterações.

Quanto ao Anexo VIII que trata das proposições feitas sob a forma de destaque, segundo o Parecer Técnico, se o mesmo não contivesse diversas impossibilidades de ordem formal-legal, seria passível de ser incorporado à Lei Orçamentária, pois a grande maioria dos destaques, além de estarem em consonância com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovados por essa Casa de Leis, são tecnicamente possíveis. Diversas impropriedades, entretanto, inviabilizam a exequibilidade de grande parte dos destaques, dos quais cito apenas alguns exemplos, que fogem à lógica formal, pois não obedecem à existência quantitativa de recursos, ou a princípios técnicos orçamentários e legais:

No código 4304.16401831.028 - Ampliações e Melhorias nas Infraestruturas Aeroportuária, Hidroviária e Ferroviária o destaque equivale a CR\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros reais), enquanto a dotação do projeto é de apenas CR\$ 42.900.000,00 (quarenta e dois milhões e novecentos mil cruzeiros reais).

No Código 4490.16080342.722 - Dívida Pública DER foi feito o destaque da adequação de 40 quilômetros de estradas rurais nos municípios. A dotação informada não corresponde a nenhuma construção ou conservação, mas à quitação da dívida pública do Departamento de Estradas de Rodagem, não cabendo, portanto, o destaque, por tratar-se de objeto diverso do consignado na dotação.

No código 4490.16885382.724 - Conservação do Sistema Rodoviário Estadual é feito o destaque para a dragagem da Praia e Ponta da Pita e pavimentação e reparação do acostamento da estrada da Cidade 1,5 km, no município de Antonina. A dotação objeto do destaque refere-se à conservação do Sistema rodoviário estadual e não à dragagem de praia, não havendo nenhuma meta ou referência a tal ação, não cabendo portanto, tal destaque.

No código 4490.168853341.018 foram apresentados destaques mas não existe o código em referência na mensagem de lei original.

Entretanto, ambos os anexos são dependentes do Art 17 do presente Projeto de Lei Orçamentária, o que não me permite acatá-los pelas razões constitucionais e legais já citadas. O embasamento legal que demonstra a impossibilidade do acatamento dos Anexos VII e VIII objeto desta análise é fundamentado:

na Constituição Federal - art. 166, §

3º, itens I e II

na Constituição Estadual - art. 134, §

3º, itens I e II

na Lei nº 10.384, de 15.07.93 (L.D.O. para 1994) - arts 8º e 33

na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64 - arts. 2º e 15.

Em respeito ao povo do Paraná, de cujos anseios a Assembléia Legislativa do Estado é a legítima representante, e na condição de Governador eleito por esse mesmo povo, Senhor Presidente, cabe-me o indelegável dever de alertá-lo para o fato de que lamentavelmente, vetei formalmente estas contribuições esperando poder incorporá-las na efetividade das ações Governamentais no decorrer do exercício de 1994.

Reconheço o enorme esforço político encetado pela Assembléia Legislativa do Paraná na direção da vontade popular por mais e melhores serviços e obras públicas, notadamente aquelas que atendem de perto à população mais dependente das ações do Poder Público e, em razão do exposto, informo a Vossa Excelência que o Poder Executivo empreenderá esforços para interpretar e aproveitar na programação de suas atividades de 1994, as proposições que estejam contidas em destaque que ofereçam razoável grau de exequibilidade. Os ajustamentos a que me refiro serão efetuados quando necessários por Decretos Governamentais ou por Mensagens ao Poder Legislativo, conforme o que for aplicável ao longo do exercício de 1994.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 10.01.94

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 021/94

P A R E C E R:

Conforme Ofício DTL/SAT 596/93, a Proposição nº 021/94, diz respeito ao Veto apostado a Mensagem nº 65/93, de autoria do Poder Executivo, na oportunidade sendo analisada por este relator, dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1994, conforme especifica.

Após procedida a análise, concluiu-se que o Veto Parcial, ocorreu em absoluta concordância com o disposto no artigo 87, inciso VII, e na conformidade do contido no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Tais fatos, levam este relator a manifestar favoravelmente pela manutenção do

Veto Parcial, considerando a presente Proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

A Mesa informa que o Deputado ao ser chamado e ao depositar o seu voto, se for favorável à manutenção do veto, deverá votar com cédula "SIM". Se for contrário, deverá votar com a cédula "NÃO".

Os que forem favoráveis à derrubada do veto, com a cédula "NÃO" e os que forem favoráveis à manutenção do veto, com a cédula "SIM".

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Designo uma comissão constituída pelos Deputados Alceu Swarowski, Hermas Brandão e Renator Adur para conferência dos votos à proposição nº 21/94, de autoria do Poder Executivo.

Compareceram para a votação 45 (quarenta e cinco) Srs. Deputados.

Pela MANUTENÇÃO DO VETO - SIM - 03 (Três)

BRANCO - 1 - (um).

Pela REJEIÇÃO - 41 (quarenta e um)

**Está REJEITADO o Veto e mantido o Projeto.**

Atendendo Preferência de Votação aprovada por este Plenário. Item nº 10.

#### ITEM 10

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/94, que aprova um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29.12.93, no valor de CR\$ 4.020.000.000,00 (quatro bilhões e vinte milhões de cruzeiros reais), conforme anexo I, desta lei. Com PARECERES da C.C.J. e C.F..

Em votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou votar contra este Projeto de Lei nº 58/94 porque, no apagar das luzes, a exemplo de outros governos, o atual governante do Paraná tenta, de toda forma compensar a sua grande falha administrativa ao alijar os municípios das suas participações com recursos do Estado. Ao apagar das luzes de forma apelativa e vergonhosa o governo privilegia determinados departamentos e secretarias para, simplesmente, fazer política e iludir a população paranaense; tenta "comprar" a credibilidade sua junto a lideranças políticas dos municípios.

É uma vergonha o que se faz atualmen-

te, onde, de toda forma, para ganhar eleição, se trabalha com o dinheiro público.

Eu voto contra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para encaminhar a votação.

(Assentimento).

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados. Agora há pouco no Horário da Liderança

do PT, estive na Tribuna, criticando a área de Segurança Pública do nosso Estado, que está falha, que está violentando os direitos humanos está contribuindo para o aumento da criminalidade e não está agindo como deve, em relação aos criminosos.

E nós vamos votar agora uma mensagem governamental de crédito suplementar ao orçamento do qual retira um bilhão e seiscentos milhões da Secretaria de Segurança Pública, para colocar à disposição do Governo para subsídios e subvenções a cargo único e exclusivo do Governo do Estado.

Nós sabemos que está tirando dinheiro de uma área prioritária, de uma área que necessita dessa verba para investimento, inclusive no que diz respeito a Recursos Humanos. É necessário preparar melhor a Polícia Militar e Civil. É necessário punir os corruptos que hoje se encontram nessas duas polícias. É necessário contratar mais homens ou mulheres para ambas as polícias e no entanto tira verba para fazer campanha eleitoral.

Por isso, nós da bancada do PT, votamos contrário.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelas razões já expostas também pelo Deputado Dr. Rosinha, a bancada do PDT também votará contra essa suplementação de verba.

É o caos, ontem assistimos um fato lamentável por questões de segurança numa delegacia de um município do Paraná, Salto do Lontra e neste momento tira-se justamente da insegurança que existe no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

**APROVADO com os votos contrários já anunciados.** Dr. Rosinha, Paulo Maia, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Luiz Carlos Martins, Waldir Rossoni, Namir Piacentini, Valderi Vilela e Ovídio Constantino.

Passaremos o restante da matéria conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 768/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/93, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Associação dos Pais e

Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, no Município de Ibiporã, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 05/94 de 21.02.94, Mensagem).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 768/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 123/93, o Projeto de Lei nº 768/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder à Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, no Município de Ibiporã, o imóvel que especifica.

Da análise do referido projeto, uma vez que não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 768/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem nº 123/93, que autoriza o mesmo a ceder à Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEVI, o imóvel que especifica, no Município de Ibiporã.

Tendo sido submetido à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão o mesmo não incorre em qualquer óbice para sua aprovação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.03.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

## ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/94, autoria do Deputado Anibal Khury, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Medicina de Tráfego. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 05, de 21.02.94).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 022/94

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Ilustre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Medicina de Tráfego.

fego - APRAMET, com sede e foro nesta Capital.

Procedida a análise, inexistiu qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

#### ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 027/94, autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tapira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 05, de 21.02.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 027/94

##### P A R E C E R:

De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, o Projeto de Lei n° 027/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tapira, com sede e foro no Município de Tapira.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

#### ITEM 05

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 032/94, autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor David Tows, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 07, de 23.02.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 032/94

##### P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, visa conceder título de cidadania honorária do Estado do Paraná ao Senhor David Tows.

Sob análise do "curriculum vitae", anexado à presente proposição, verifica-se que o Sr. David Tows não satisfaz a exigência da Lei n° 5.638 de 13.09.67, que estabelece os princípios básicos para concessão da referida homenagem, tais sejam:

I - Desempenho com denodo de função pública;

II - Contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - Ação em favor de obras de rele-

vante valor social;

IV - Participação ativa na defesa dos postulados democráticos e às instituições brasileiras".

Logo, a proposição merece parecer CONTRÁRIO à tramitação nesta Casa, devendo a mesma ser arquivada.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para que o mesmo seja remetido à Comissão de Constituição e Justiça para reestudo da matéria.  
**Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 032/94.

#### ITEM 06

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 042/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Latino Americana, com sede e foro no Município de Araucária. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 10, de 01.03.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 042/94

##### P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o Projeto de Lei n° 042/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural Latino Americana, com sede e foro no Município de Araucária.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

#### ITEM 07

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 045/94, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N° 045/94

##### A Assembléia Legislativa

##### do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, CGC 76.752.500/0001-41, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade ora declarada de Utilidade Pública, tem como principal objetivo o atendimento às pessoas carentes da comunidade, bem como fazer formação, visando a profissionalização daqueles que, desprovidos de recursos, não conseguem frequentar cursos intensivos, conforme demonstrado no relatório de atividade, em anexo.

Não remunera nenhum dirigente, diretor ou associado, conforme o artigo 13º, do seu Estatuto Social, em consonância com o que estabelece a Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, em seu artigo 1º.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI Nº 045/94

**P A R E C E R:**

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública, o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais.

Os documentos acostados comprovam, que o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais é sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados.

Cumpra a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator.

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Estudo para o Desenvolvimento e Tratamento Odontológico ao Excepcional de Londrina - GETEXCEL, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. nº 11, de 02.03.94).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI Nº 047/94

**P A R E C E R:**

A proposição em tela, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, objetiva declarar de Utilidade Pública o Grupo de Estudo para o Desenvolvimento e Tratamento Odontológico ao Excepcional de Londrina - GETEXCEL.

A matéria preenche os requisitos da Lei nº 6.994/78, bem como atende aos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, pelo que emitimos parecer favorável à sua normal tramitação nesta Casa de Leis, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator.

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luar - ARLU, com sede e foro no Município de São João do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. nº 14, de 08.03.94).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI Nº 057/94

**P A R E C E R:**

O plano de lei em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública Estadual o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luar - ARLU, com sede e foro no Município de São João do Ivaí.

Os documentos acostados comprovam, que o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luar - ARLU, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados.

Cumpra a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência a inclusão na pauta da Ordem do Dia de amanhã, o Projeto de Lei nº 398/92.

Esse Projeto já tramitou, já estava em 2ª Discussão quando foi apresentado emendas, e foi retirado já há cerca de quatro meses.

Ele dispõe sobre livre acesso de Deputados Estaduais em estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal.

Acredito que agora em função dos fatos ocorridos em nosso Estado é o momento de voltar à Ordem do Dia para que nós Deputados possamos terminar a análise desse Projeto e aprová-lo, uma vez que já foram apresentadas as emendas, e assim a gente pode fazer com que ele seja colocado em

prática. Projeto nº 398/92.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já está anotado e o projeto será incluído na Ordem do Dia da Sessão de amanhã.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar nesse Plenário a presença do Vereador José Raimundo Filho do Município de Nova Tebas.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registra-se a presença do nobre Vereador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma

Sessão Extraordinária para logo após ao término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/94.

e marca ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 398, 768/93, 022, 027, 042, 045, 047, 051/94.

Levanta-se a sessão.